



Anais da Assembléia

№ 12

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Airlido Adelino Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; Suplentes: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; PFL - 06: Ello Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; Suplentes PFL e PRN: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; PDT - 06: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; Suplentes: Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PTB - 06: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Tralano - Mário Bezerra Guimarães - João F. Falavinha Jensen; Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; PSDB - 01: Alceu Antonio Swarowski; Suplentes: Tadeu Lucio Machado - José Bolko; PT - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); Suplentes: Lygia Lumina Pupatto - Perdes de H. Mello; PL - 03: José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; Deputados Licenciados: Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esportes e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário de Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 09.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Rossoni.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (49). Achantando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Antônio Annibelli, Dalton Machuca, Ernani Pudell e Luiz Henrique Bona Turra (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor

Curitiba, terça, em 09.03.93

Presidente, se Vossa Excelência fizer funcionar o painel eletrônico, as chamadas nominais serão bem mais rápidas do que pelo antigo método. Vamos usar a informática a partir de que data, consulto esta Presidência.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Inicia a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Eu desisto do requerimento da chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu retiro a Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Com satisfação, encaminhamos a Vossa Excelência a indicação dos Deputados integrantes do Partido Progressista - PP, para compor as Comissões Técnicas Permanentes.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder do PP

	TITULARES	SUPLENTE
	-----	-----
CCJ	José A. Ritti Antônio Costenaro Nilton Barbosa	Júlio Bifon João Preis Edson S. Lino
CF	João Preis	Júlio Bifon
CO	Geraldo Cartário	Nilton Barbosa
CAIC	Costenaro Neto	Edson S. Lino
COPTC	Neivo Beraldin	Júlio Bifon
CECE	Júlio Bifon	José A. Ritti
CTIC	Edson S. Lino	João Preis
CSP	João Preis	Luiz C. Martins
CS	Costenaro Neto	Edson S. Lino

CR	Geraldo Cartário	José A. Ritti
CTC	Nilton Barbosa	Luiz C. Martins
CT	Luiz C. Martins	Nilton Barbosa
CEMA	Neivo Beraldin	Edson S. Lino
C.FISC	Luiz C. Martins	Geraldo Cartário

Requerimentos**REQUERIMENTO N° 243**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, independente de votação em função de requerimento anterior já aprovado por este Plenário, que a proposição n° 036/92, resultante do veto apostado ao Projeto de Lei n° 376/91, seja destacado para votação em separado.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, e tendo em vista requerimento anterior invertendo a Ordem do Dia da presente sessão, que o item 02 da pauta, constante da proposição n° 036/92, veto apostado ao Projeto de Lei n° 376/91, seja votada após o item 8°, ou seja, logo após a Prestação de Contas do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) MILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votação em bloco para as Proposições n°s 07, 40, 69, 90, 91 e 92/92, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoio: Doutor Rosinha, Colombino Grassano, Renato Adur, Plauto Miró Guimarães, Nilton Barbosa, Paulo Maia e Erondy Silvério.

REQUERIMENTO N° 238

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUEREM a criação da Sala de Imprensa, a ser instalada na sala ao lado da escadaria principal localizada no 2° piso do edifício do Plenário.

Outrossim, por escolha e indicação do comitê de imprensa da ALEP, indicam o nome do Jornalista falecido Wilmar Sauer como patrono das referidas instalações.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(aa) NILTON BARBOSA

RENATO ADUR

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

ERONDY SILVÉRIO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

PAULO MAIA

COLOMBINO GRASSANO

DOCTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 241

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo voto de profundo pesar pelo falecimento do Advogado José Luiz Guerra Rêgo, ocorrido nesta Capital, no dia 07 de março próximo passado.

Falecido aos 96 anos de idade, o Dr. Guerra Rêgo sempre foi reconhecido como um líder na área empresarial do comércio, além de ter desempenhado funções políticas, inclusive como prefeito de Curitiba. Foi fundador da Federação do Comércio, do SESC, da Fundação do Comércio Varejista e do SENAC. Homem inteligente e líder dinâmico, Guerra Rêgo foi um dos mais entusiastas promotores da expansão do sindicalismo patronal do comércio, havendo incentivado a criação de várias entidades hoje filiadas à Federação do Comércio do Estado do Paraná e à Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, sendo também, o inspirador da fundação dessa última entidade quando do desmembramento da categoria econômica específica.

Guerra Rêgo foi Prefeito de Curitiba nos anos 1953/54, enquanto que na área sindical, chegou à vice-presidência da Confederação Nacional do Comércio. Sua atuação sindical dimensiona o alcance de sua visão como administrador: participou de diretorias da Associação Comercial do Paraná, do Sindicato dos Representantes Comerciais, do CORE, do Centro de Comércio Exterior - CEXPAR, além ainda, de ter participado de inúmeras atividades em nível nacional e internacional, representando a categoria empresarial, com diversos títulos honoríficos em reconhecimento ao seu trabalho.

Homem exemplar na família, no trabalho, na administração pública e privada, Guerra Rêgo ainda foi fundador do Jornal O Estado do Paraná e membro ativo de diversas outras entidades, como a Cultura Inglesa, Graciosa Country Club do qual foi presidente, OAB-PR, entre outros.

Prestar esta homenagem a Guerra Rêgo é registrar com letras maiúsculas o exemplo de vida desse paranista na história do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 234

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, oficiar ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira - MD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de:

1) Determinar a viabilização de projeto técnico para pavimentação da estrada que liga Cornélio Procopio ao Município de Santa Amélia e incluí-lo no plano de obras do corrente exercício;

2) Recapeamento da rodovia entre os Municípios de Congoinhas e Ibaiti, dentro do programa estabelecido pela Secretaria.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A nossa propositura decorre de reivindicações dos habitantes daqueles municípios que diariamente usam as rodovias.

Uma estrada é de terra batida, necessita pavimentação, outra está com o asfalto bastante desgastado, precisando de recapeamento em toda sua extensão.

São pedidos que vêm beneficiar uma região produtora do norte do Paraná.

REQUERIMENTO N° 226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Dignís-

Curitiba, terça, em 09.03.93

simo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de escolas oficinas no Município de Vila Alta.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e dos adolescentes do campo, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo, requeiro recursos financeiros para que seja construído tão importante obra no município.

REQUERIMENTO N° 227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira de Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção em caráter emergencial de um Posto de Saúde na sede do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja autorizado o procedimento da selagem da rodovia PR-323, trecho de 50 quilômetros, entre Maria Helena - Nova Olímpia - via acesso a Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o código 4490.16885382.724, do orçamento do Estado, da Secretaria dos Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., publicado no Diário Oficial n° 3.918, de 28/12/92, pág. 243, se encontra alocado recursos na ordem de cento e cinquenta e oito bilhões de cruzeiros, para preservação e recuperação de rodovias através de serviços periódicos (selagem, recapes e reconstruções), evitando a curto prazo a execução de serviços mais onerosos ao Estado.

Recuperar as rodovias em estado termi-

nal de vida útil, mantendo as obras de arte especial, reduzindo as possibilidades de interrupções de tráfego e acidentes devido ao colapso das estruturas melhorias da operação e segurança rodoviária por eliminação gradativa dos pontos críticos.

REQUERIMENTO N° 229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção em caráter emergencial de um Posto de Saúde na sede do Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Doutor José Moacir Favetti, no sentido de que seja viabilizado recursos para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para a Polícia Civil e Militar do Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança de uma comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrante e denunciados casos de injustiça social. São desequilíbrios sócio-econômicos, são disparidades entre trabalho e Capital, é o desemprego, é a recessão, enfim são consequências do inchaço populacional dos grandes centros e o esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa ser protegida e a presença do policial é hoje uma reivindicação primeira que exige a população. Precisa-se de mais viaturas, mais equipamentos e armas, enfim aparelhar melhor o aparato policial para dar tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO N° 231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de

unidades de escolas oficinas no Município de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A escola oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e do adolescente do campo, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo, requero recursos financeiros para que seja construído tão importante obra no município.

REQUERIMENTO N° 232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para Polícia Civil e Militar do Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança da comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrantes e denunciados casos de injustiça social.

São desequilíbrios sócio-econômicos, são disparidades entre o trabalho e o capital, e o desemprego que cresce assustadoramente, e a recessão. Enfim são consequências do inchaço populacional nos grandes centros e consequente esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa e clama por proteção, pela presença de policiamento. Hoje a segurança pública é item primeiro no rol de reivindicações das famílias brasileiras. E o Estado precisa estar preparado para dar resposta a essa reivindicação, para tanto, solicito a Vossa Excelência, mais recursos para a Polícia Militar e Civil no município, oferecendo mais tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO N° 236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando providências no sentido de que seja instalada uma unidade escolar de 1º Grau - 5.^a a 8.^a séries, no Parque D. Pedro II, especificamente na unidade escolar de 1º Grau - 1.^a a 4.^a séries - Escola Prof. Engº Cyro Martins.

A referida escola, que funciona na comunidade do Parque D. Pedro II, atende um bom número de estudantes da Região. Ocorre que, após concluída a 4.^a série do 1º Grau, os alunos não dispõem de nenhuma escola próxima para continuar seus estudos, levando-os a abandonar os bancos escolares.

As duas opções que poderiam ser utilizadas não resolvem o problema, pois o Colégio Estadual Pe. Carlos Zelesny, o mais próximo, está com sua capacidade totalmente tomada; e a Escola Estadual Prof. Amália Pinheiro fica distante, sendo, portanto, necessário o uso de transporte coletivo, o que encarece por demais a manutenção dos estudos dos moradores, que provém, em sua maioria, de famílias de baixa renda.

A Prefeitura Municipal dispõe-se a ceder um terreno existente ao lado da Escola Prof. Engº Cyro Martins, para serem realizadas as obras de edificação da citada escola.

Caso não seja possível a construção de uma nova unidade escolar no local, a Escola referida informa a disposição em ceder as suas instalações, no período noturno, para que possam funcionar os cursos de 5.^a a 8.^a séries.

Informamos ainda, que, sendo instalada no local, a nova unidade escolar atenderá, além dos moradores do Parque D. Pedro II, às comunidades do Jardim Santa Paula, Jardim Jansen e Justus, Vila Raquel, Chácara Madalena, Vila São Miguel e outras que existem nas proximidades.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor NIZAN PEREIRA DE ALMEIDA, Secretário de Estado da Saúde, solicitando que sejam realizados urgentes estudos técnicos que viabilizem a implantação, em caráter emergencial, das chamadas "Barreiras do Cólera", nas aduanas, aeroportos, portos, estações ferroviárias e rodoviárias, e em todos os locais de chegada ao Paraná, de pessoas oriundas de outros Estados da Federação ou Países limítrofes, que sejam considerados "regiões de risco".

Curitiba, terça, em 09.03.93

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Tal medida reveste-se de caráter de urgência, a partir dos níveis atingidos pela doença em todo o País.

O que se deseja é prevenir com a adoção de providências práticas condizentes ao que exige a situação, caso não queiramos seja o Paraná incluído entre os Estados onde o surto vem se alastrando com rapidez.

As chamadas "Barreiras do Cólera", já vem sendo adotadas em outros Estados e por Países limítrofes, com a finalidade de conter o avanço da doença que infelizmente já atingiu vários Estados, com índices tidos pelas autoridades sanitárias como alarmantes.

E o Governo do Estado tem papel determinante neste aspecto, preservando sua população contra o cólera.

REQUERIMENTO N° 242

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas providências para iluminação pública da Rodovia dos Minérios no trecho entre o Cemitério do Abranches, em Curitiba, até a divisa com o Município de Almirante Tamandaré, neste Estado.

É simplesmente lamentável a situação do trecho acima destacado da Rodovia dos Minérios, pela inexistência de iluminação pública necessária. A rodovia acaba constituindo cenário propício para a ocorrência de acidentes automobilísticos, atropelamentos e até mesmo para a ação de marginais, contra os motoristas e a população local, usuária do trecho em questão.

Atente-se para o elevado volume de veículos que transitam pela via supramencionada, na Região Metropolitana de Curitiba, o que requer a melhoria ora solicitada.

Requer-se ainda, que do teor do presente, dê-se ciência ao Prefeito Municipal e Vereadores de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Doutor Nizan Pereira Almeida, Secretário de Estado de Saúde Pública, para que interceda junto ao Ministério da Saúde, no sentido de tornar obrigatório o exame de sangue (tipo AIDS)

nos marítimos vindos do exterior em navios que atracam nos Portos de Paranaguá e Antonina, e outros Portos do Paraná.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A incidência de AIDS tem aumentado nos últimos anos, e o Governo Estadual através da Secretaria de Saúde Pública está trabalhando ativamente para eliminar de forma diferente os focos geradores dessa doença, por essa razão solicitamos que o Secretário de Saúde Doutor Nizan Pereira, interceda junto ao Ministério da Saúde no sentido que a SAÚDE DOS PORTOS, hoje vinculado à própria Secretaria de Estado, realize OBRIGATORIAMENTE o exame de sangue em todos os marítimos embarcados em navios procedentes do exterior, mesmo os de classe turista (mistos), que atracam nos Portos de Paranaguá e Antonina, e outros portos fluviais do Paraná.

Numa escala de serviços organizada pela Saúde dos Portos, hoje é realizado ao largo obrigatoriamente a chamada "visita a bordo" por médico da Saúde dos Portos, que atendendo solicitação do Comandante do navio, vindo do exterior, analisa as suspeitas, se existirem, expedindo posteriormente um documento chamada "LIVRE PRÁTICA", onde somente com esse documento a Capitania dos Portos do Estado do Paraná libera o navio.

Na atualidade estão sendo desenvolvidas campanhas para a prevenção da AIDS, e uma delas a ser objetivada será essa de tornar obrigatório o exame de sangue aos tripulantes de navios estrangeiros, bem como em passageiros se for o caso. Com isso teremos possibilidade de evitar que portadores de AIDS de outros países transmitam a doença às nossas mulheres ou mesmo aos homens, já que hoje não existe um controle nesse sentido.

Solicitamos ainda que cópias deste nosso requerimento, em seu inteiro teor, sejam endereçados:

- Ao Governador Roberto Requião;
- Ao Presidente José Luiz Boabaid, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP - Rua José Alves, 621 - CEP 83203-490 - Paranaguá;
- Ao Presidente Manoel Rubens de Magalhães, Presidente da Associação Profissional das Entidades Estivadoras de Paranaguá - APEPA - Presidente do Sindicato das Agências Marítimas de Paranaguá - SINDIPAR Avenida Coronel José Lobo, 734 - Bairro Costeira - CEP 83203-310 - Paranaguá;
- Ao Delegado Manoel Rubens de Magalhães, Delegado do Centro Nacional de Navegação Transatlântica - CENAT - Avenida Coronel José Lobo, 2250 - Casa do Homem do Mar - CEP 83203-310 - Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições previstas do Regimento Interno desta Casa Legislativa, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente aos dignos Senhores Joel Malucelli, Diretor da TV Bandeirantes do Paraná; Paulo Cruz Pimentel, Diretor Presidente da TV Iguazu; José Carlos Martinez, Diretor Presidente da Rede OM Brasil; Joaquim dos Santos Filho, Diretor Superintendente do Sistema Sul de Comunicação; Odenir José Colombo, Diretor Presidente da TV Educativa do Paraná e Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Rede Paranaense de Televisão, sugerindo que estas conceituadas empresas e órgão público estudem a possibilidade de, se possível em cadeia, viabilizar a transmissão de um debate sobre a forma e sistema de governo a ser decidido no plebiscito no próximo dia 21 de abril, como forma de esclarecer a população, ainda mais, sobre tão relevante assunto.

Requer ainda, a título de sugestão, que sejam convidados para o evento paranaense, ilustres representantes de ambas as correntes, como o presidencialista Governador Roberto Requião, o Presidente da Frente Parlamentar Ulisses Guimarães, eminente Senador José Richa e ainda personalidades nacionais representantes da corrente monárquica, como o Deputado Cunha Bueno.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 21 de abril a Nação estará decidindo o futuro no plebiscito sobre a forma e sistema de governo. Não obstante, as pesquisas indicam que a maioria da população não está esclarecida suficientemente sobre as questões relativas à consulta popular.

Fato ainda mais grave é a própria preocupação do Presidente do egrégio Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Paulo Brossard, expressada em toda a imprensa, dando conta que o horário gratuito destinado às Frentes de Campanha não estão cumprindo com o objetivo principal de esclarecimento sobre os sistemas e formas de governo.

Por outro lado, sabemos que no Paraná as emissoras de televisão nunca se furaram de prestar o bem público, sempre estiveram prontas a informar com denodo, servindo à comunidade de maneira clara e eficaz.

Esta razão, aliada ao fato de que possuímos em nosso Estado figuras proeminentes, destacadas em todo o Brasil, principalmente no debate e encaminhamento das questões políticas tratadas neste requeri-

mento, como o Governador Roberto Requião e o Senador José Richa, nos faz propor a presente sugestão aos dirigentes dos meios de comunicação, objetivando colaborar com o aperfeiçoamento das instituições e o fortalecimento do regime democrático.

Por certo, as emissoras, através dos seus profissionais, já poderão estar tratando da questão. Se assim estiver ocorrendo, que este requerimento mostre a preocupação dos Parlamentares do Paraná com o aprimoramento político de nosso povo como forma eficaz de superarmos tão grave crise.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 057/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado Hospital Geral Albert Sabin, o Hospital Geral do Portão, estabelecimento hospitalar integrante da Rede Estadual, sediado no Bairro do Portão em Curitiba.

Art. 2° - As autoridades estaduais promoverão solenidade para assinalar a aposição deste nome, quando será destacada a contribuição de Albert Sabin como "Benfeitor da Humanidade", título que deverá figurar na placa de denominação do estabelecimento hospitalar.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Considerado "Benfeitor da Humanidade" pelo eminente ensaísta Austregésilo de Athayde, o Doutor Albert Bruce Sabin foi o pesquisador que desenvolveu a vacina oral contra a poliomielite, salvando milhões de crianças de uma das mais terríveis doenças que durante séculos perseguiu os seres humanos. Falecido na semana passada nos Estados Unidos, aos 86 anos de idade, Sabin está sendo sepultado hoje no Cemitério Nacional de Arlington, como demonstração de que seu lugar entre os seres humanos será lembrado com destaque.

Casado com uma brasileira, Dona He-loísa Dunshee de Abranches, o Doutor Sabin veio muitas vezes ao Brasil, inclusive ao Paraná, tendo contribuído decisivamente para a implantação, a partir de 1976, das campanhas de vacinação geral contra a paralisia infantil, programa que repetido a cada ano, conseguiu índices de cobertura de mais de 95% das crianças em idade crítica. Com essas medidas, a taxa de incidência foi baixando e já no final da déca-

Curitiba, terça, em 09.03.93

da de 80 não se registravam casos da moléstia entre nós.

O célebre pesquisador e humanista esteve no Paraná em 1981 e 1982, orientando diretamente os técnicos que lutavam contra o que se configurava uma epidemia dessa doença, cujo vírus era disseminado por más condições gerais e deficiências sanitárias. Até hoje os especialistas de Saúde que estiveram com o Dr. Sabin lembram seu empenho no atendimento a todas as crianças, seu carinho para os pobres e sua preocupação com a condição humana, apanágio das grandes almas.

É por isso que, homenageando o grande sábio e benfeitor da humanidade ora desaparecido, propomos este Projeto de Lei, seguros de estarmos expressando o reconhecimento de milhares de pais e mães, de crianças e líderes de Saúde todos beneficiados com sua mão benfazeja de sábio a serviço do bem.

O Hospital Geral do Portão está em fase de construção e, com a denominação proposta, poderá iniciar suas atividades em alto estilo.

PROJETO DE LEI N° 058/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia Especializada da Mulher.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.93

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Ovídio Constantino, Élio Rusch, Algaci Túlio, Paulo Maia e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

Guarapuava, pólo da Região Centro-Oeste paranaense, conta com aproximadamente 160 mil habitantes. Seu crescimento demográfico vem se acentuando ainda mais nos últimos anos, tornando imprescindível a instalação urgente de uma Delegacia da Mulher, aliás, antiga reivindicação daquela comunidade.

É sabido, que atualmente a população feminina tem tido importante participação no mercado de trabalho, empresarial e coletivo. Nessa conquista de seu espaço, a mulher se depara com uma série de dificuldades, sendo vítimas de atos de violência, quer física ou psicológica, exatamente pela não aceitação dessa sua condição independente e igualitária, fato que, infelizmente, uma parcela considerável da população masculina ainda não aprendeu a

Assim exposto, e tendo em vista o sucesso com que a Polícia Civil vem desenvolvendo seu trabalho nos municípios já contemplados com Delegacias da Mulher, vemos necessária a instalação de uma unidade em Guarapuava, a fim de garantir à mulher guarapuavana, a defesa de seus direitos constitucionais e ampará-la contra a discriminação e a violência.

Esta a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 059/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - Fica declarada de utilidade pública a Federação de Entidades de Serviço Social dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, F.E.S.S., com sede foro nesta capital.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Sociedade civil, com personalidade jurídica de Direito Privado, sem finalidade lucrativa, tem sede e foro em Curitiba, regendo-se por estatuto próprio registrado sob o n° 1622 no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 3° Ofício desta Capital.

A Federação em questão tem a elevada finalidade de congregar as entidades particulares de serviço social dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, visando uma linha de ação comum.

Esse trabalho já vem sendo desenvolvido desde a sua fundação, em 1991 e os resultados são reconhecidos pelas entidades federadas nos três estados.

Esse trabalho, aliás, já mereceu o reconhecimento da Câmara Municipal de Curitiba que, através de lei própria, reconheceu a FESS como de utilidade pública.

A atuação da entidade também está fartamente demonstrada no relatório de atividades apensado ao presente plano de lei juntamente com os demais documentos exigidos pela legislação que disciplina o reconhecimento ora pretendido.

Finalmente, cumpre destacar que o reconhecimento de utilidade pública representa o apoio deste Poder à iniciativa da FESS e ao trabalho das entidades federadas, nos três estados de sua atuação. Esse reconhecimento possibilitará, ainda a ampliação do extraordinário trabalho desenvolvido pela entidade em questão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo Expediente a ser lido, no Pe-

queno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na semana passada o Deputado Luiz Henrique Bona Turra, da Tribuna dessa Assembléia Legislativa abordou os preços das passagens de ônibus na cidade de Curitiba.

Naquela ocasião ele falou que tinha participado de uma reunião da Federação das Associações de Moradores do Paraná e que essa mesma Federação ia entrar com uma ação na Justiça pedindo que fosse revisto o preço dessas tarifas. Portanto, é uma reunião que ocorreu, que teve fins específicos e que foi dita publicamente nessa Tribuna pelo Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

No domingo próximo passado, o Jornal do Estado chama em sua primeira página "Requião e PT formam quadrilha - Plano Diabólico pode arruinar Transporte Urbano de Curitiba". Este Jornal traz uma longa matéria a respeito do assunto. Matéria esta sem assinatura, portanto de responsabilidade do Jornal irresponsável, sem checar fontes ou ouvir o outro lado citado, publica uma longa matéria dizendo que houve entre o Sr. Governador e o PT para traçar a estratégia e através de uma aliança secreta destruir a imagem e o conceito do transporte urbano de Curitiba, que é considerado o melhor do País e copiado inclusive no Exterior. Copiado no exterior onde? Nova Iorque? Que me provem que os Ligeirinhos estão correndo em Nova Iorque. Foi somente um "marketing" de campanha, foi somente uma jogada publicitária a nível internacional do Sr. ex-Prefeito, porque hoje não tem nenhum desses ônibus correndo em Nova Iorque, conforme o "Paraná em Páginas" n° 336. Foi uma falcatura do ex-Prefeito para dizer que existia ônibus correndo em Nova Iorque, a partir do sistema adotado em Curitiba.

Diz o Jornal que a mobilização dos militantes de ambos os partidos com atos de insubordinação que podem resultar em toda a quebra e destruição de ônibus e outros equipamentos do sistema do Transporte Coletivo.

Diz ainda que na reunião estavam presentes Deputados do PMDB, militantes do PT, Assessores do Governador e os próprios Procuradores do Estado e da Justiça e do Governo junto ao Tribunal de Contas. E essa matéria afirma que um dos presentes pelo PT, o Sr. Afonso Mazur. Esquece o seu Jornal que ele deve checar fontes - Afonso Mazur não está no PT, porque elementos antiéticos não se criam em nosso Partido, ou pedem para sair ou são afastados.

E a matéria desse Jornal continua dizendo que naquela reunião foram alinhava-

dos dez pontos no plano, resultante da aliança secreta selada entre Requião, o PMDB, e o PT. Olhe o ato falho de quem fez a matéria e que dá a entender que isto - é "release" do gabinete do Sr. Prefeito e na íntegra foi publicado por tal jornal. E coloca pontos que diz que foi alinhavado, como por exemplo a elaboração de uma planilha paralela, que ótimo, se o movimento popular conseguir elaborar porque é necessário ser fiscalizada a administração pública, conseguir elaborar e colocar em cheque a atual planilha - altamente favorável ao sistema de transporte em Curitiba. Diz que terá divulgação maciça e ampla junto à população através da imprensa, associação de moradores, sindicatos. Se esses movimentos, se aquela reunião ou uma outra da qual nós não negamos e sim nós do PT participamos que está na nota divulgada por nosso partido - que da mesma forma que o PT participa do Fórum Popular da Moradia e Saúde, está participando do Fórum do Transporte Coletivo que está se formando e teve sua primeira reunião no dia 5 de março de 93 não no dia 3 de março como quer a assessoria do Senhor Prefeito Rafael Greca.

Este Fórum é plural e dele participam várias entidades da sociedade civil. Nós do PT participamos sim deste Fórum, porque nós continuaremos vigilantes denunciando a falta de democracia existente no gerenciamento do Transporte Coletivo de nossa Cidade. Falta de democracia há longo tempo, visto que o Conselho Municipal de Transporte Coletivo jamais funcionou na administração de Roberto Requião e jamais funcionou na administração de Jaime Lerner, ficando dentro de quatro paredes essas decisões.

Nós, do PT, queremos sim, a divulgação dos cálculos dessas planilhas. Que torne público à população de Curitiba como que ela é calculada. E continua a matéria e novamente mais em frente entra em contradição novamente a matéria quando estabelece que em locais previamente designados, serão feitas as próximas reuniões e sob a coordenação dos representantes do PMDB e do PDT. Srs. Deputados, o que novamente mostra o ato falho da assessoria de imprensa do Sr. Prefeito. Elabora matéria dentro da prefeitura e comete esses falhos atos. E nós queremos dizer que a Bancada do PT não aceita esse tipo de reportagem não aceita esse tipo de jogada. Porque se a população de Curitiba um dia vier a quebrar ônibus ou qualquer coisa do sistema de transporte coletivo, é de única responsabilidade da Prefeitura de Curitiba e não vir querer jogar a culpa nas Oposições como está fazendo esse tipo de matéria preventiva vinculada por esse jornal. Irresponsavelmente, diga-se de passagem.

Curitiba, terça, em 09.03.93

A responsabilidade da Prefeitura de Curitiba, porque a inflação deste ano, de acordo com o FIPE não chega a 60% e de acordo com o índice de custo de vida do DIEESE é de 68,28%, enquanto o reajuste das passagens dos ônibus urbanos em nossa capital, foram de 128, 57%, ou seja, quase o dobro da inflação e é para cobrir, para dar emprego à colaboração do sistema de transporte coletivo para a campanha do atual prefeito. E temos que chamar a atenção que não só estas tarifas foram reajustadas, as tarifas de embarque da Rede Ferroviária que são estabelecidos os preços pela URBS, passou de 5.600 para 10.000 cruzeiros.

Uma passagem de ônibus ... Sr. Presidente solicito o Horário do PT. (**Assentimento**). Obrigado.

Uma passagem de ônibus de Curitiba para Morretes, que custa 34.000, se o usuário pagar mais 10.000 da taxa da URBS, reajustado pela Prefeitura, vai para 44.000, o que significa um reajuste de quase 30%, nesta passagem. Um preço altíssimo para um morador de Morretes pagar nesta passagem, ao embarcar em Curitiba. Tudo isso reajustado pela atual administração.

O passe, somente é vendido do dia 1 a 10 de cada mês. Nós sabemos que há trabalhadores, principalmente servidores públicos, que recebem pelo dia 28, 27 até 26 e seu salário aguardando até o dia 1º do mês há uma perda de, no mínimo, 1 a 2%, em relação a inflação. Dinheiro este que os trabalhadores poderiam investir no passe do transporte, no entanto, eles não podem fazer porque a administração elitista, a administração que cuida e faz maquiagem no centro da cidade, visando os 300 anos, que não se sabe se são 300 ou 325, com uma decoração, no meu ponto de vista horrível, com aquele verde abacate. Para estas despesas tem dinheiro! Mas para segurar as tarifas dos "tickets" de embarque da URBS, na estação Rodoferroviária, não tem dinheiro! Mas dinheiro para maquiagem, refazer as praças públicas, algumas delas com boa conservação, para isso tem!

Dinheiro para boa remuneração dos servidores públicos do Município, trabalhadores estes, médicos e dentistas, já definiram uma greve, a partir de dia 15, dinheiro para isso não se tem! Dinheiro para remuneração destes trabalhadores, não é possível, mas para maquiagem e propaganda, isso sim, isso existe!

E nós já sabíamos, de antemão, que nada se poderia esperar desta administração, uma vez que convivemos, durante dois anos, nesta Assembléia, com o Deputado Rafael. Relapso que é, levantamentos que fizemos no Plenário desta Casa constataam uma ausência média de 30%. Se levarmos em consi-

deração o período de Vereador, provavelmente chegará a 40% as ausências de Sessões. O que significa que quem nunca trabalhou jamais defenderá os trabalhadores e sim continuará a explorá-los, como tem sido feito pela atual administração, infelizmente, nestes dois meses de exercício de Mandato em nossa cidade!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós até não pretendíamos trazer para este Plenário da Assembléia uma questão que diz respeito à própria Câmara Municipal de Curitiba, onde é o foro para os debates em relação aos problemas domésticos, aos problemas da nossa cidade.

Porém me propicia o Deputado Florisvaldo Fier, da Bancada do PT, para que eu venha à Tribuna, e com mais detalhes colocar aos Srs., para que conste nos anais desta Casa, a gravíssima denúncia publicada na edição de domingo do Jornal do Estado.

Abro o jornal, conceituado órgão de imprensa do Estado do Paraná, na sua primeira página:

"Requião e PT formam quadrilha. Diabólico plano pode arruinar transporte urbano de Curitiba"... e a matéria diz o seguinte: "O Governador Roberto Requião formalizou na quarta-feira, dia 03, uma aliança secreta com o PT numa reunião convocada às pressas com o objetivo final de destruir a imagem, o conceito do transporte urbano de Curitiba, que é considerado o melhor do País, e copiado inclusive no exterior". Essa aliança preveu a ostensiva mobilização dos militantes de ambos os Partidos com atos de insubordinação que podem resultar em quebra-quebra, destruição de ônibus e outros equipamentos do sistema de transporte coletivo. Por isso, é bom deixar registrado aqui desta Tribuna, o mesmo exemplo que os Vereadores do PDT na Câmara também devem estar adotando a mesma atitude porque nós sabemos a quem responsabilizar se porventura ocorrerem fatos desta natureza.

Um dos pontos principais na reunião é o "pula catraca" a partir do dia da insubordinação estimulando passageiros a não pagar passagem de ônibus. Essas informações foram prestadas com exclusividade. Diz aqui na matéria: "Com exclusividade ao Jornal do Estado por um integrante do PMDB que participou da reunião e decidiu denunciar o fato assustado com o que viu e com o que ouviu também". "Na reunião estavam presentes e quem está dizendo aqui é maté-

ria do Jornal e não o Deputado Algaci Túlio, porque eu não estive lá, Deputados do PMDB, militantes do PT, assessores do Governador, os próprios Procuradores do Estado da Justiça e do Governo junto ao Tribunal de Contas, convocada por determinação expressa do Governador a reunião delineou o plano que pretende excitar a população numa criminoso ação orquestrada para provocar rebelião entre populares, e cujas consequências deverão redundar em violências e agressões, além dos prejuízos ao patrimônio público".

Por trás disso está o interesse político em atingir o Prefeito Rafael Greca, o Ex-Prefeito Jaime Lerner, virtual candidato a sucessão do Governo Estadual. Para disfarçar a participação do Governo Estadual do PMDB e do PT nesses atos, que segundo a fonte são perigosos, os participantes, sob inspiração do Governador Requião, criaram o movimento de defesa do usuário, através dele é que seria canalizado todo o esforço para obter o descontentamento popular e as manifestações de ruas.

Diz mais a matéria do Jornal ainda: "Participaram da reunião, e se isso aqui for verdade é uma situação gravíssima mesmo, Procuradores Carlos Frederico Marés de Souza (da Procuradoria Geral do Estado), Luiz Carlos Delazeri (Procurador Geral da Justiça), José Bonifácio Cabral (Procurador do Governo junto ao Tribunal de Contas), além do Deputado Estadual Luiz Henrique Bona Turra, os assessores de Requião, Doático Santos, derrotado à Câmara Municipal, o secretário Geral do PMDB Garrone Reck (da Secretaria dos Transportes), José Carlos Mendes e João Bosco Vidal (assessores diretos do gabinete de Requião), Roland Rutyná, militante do PP - Partido Progressista, (resultante da fusão do PST de Álvaro Dias PTR), que é o Presidente da Famopar, Afonso Mazur também candidato derrotado pelo PT, e ainda quase trinta pessoas, todas militantes do PT e do PMDB, e entre eles, assessores de Deputados dos dois Partidos. O plano faz parte de um esquema que o Governador Roberto Requião pretende detonar já, às vésperas do aniversário de Curitiba, na presença de autoridades Federais e de outros Estados, além de visitantes de todo o Brasil e do Exterior". Abro um parêntese aqui, é bom lembrar o que aconteceu no Fórum Mundial das cidades aqui quando incentivados pelo próprio Governador e apoiados pelo Governador do Estado, fizeram filmagens de valetas, de favelas da cidade, armaram palanque e telão e colocaram em frente à Biblioteca Pública do Paraná para que os hóspedes do "Bourbon" possam ver a outra realidade da Cidade; como se Curitiba não tivesse favelas, como se Curitiba não tivesse valetas, como se ninguém soubesse que isto também

tem lá nos países de Primeiro Mundo. E agora se pretende sim, e sabemos que há toda uma orquestração preparada para se fazer as comemorações dos Trezentos Anos de Curitiba. Aliás, o próprio Governador quando era Prefeito ele dizia, em vários atos, no ano "x" dos tantos anos de Curitiba, e agora ele não quer reconhecer isto por uma questão política.

Dizendo mais ainda na sequência "a eclosão do movimento serviria também para uma contra-ofensiva à campanha de Jaime Lerner ao Palácio Iguaçu. A fonte que relatou a informação ao "Jornal do Estado" citou textualmente as palavras usadas na reunião' O objetivo é desmistificar a administração Lerner e, conseqüentemente, a de Rafael Greca'.

São dez os pontos alinhavados no plano resultante da aliança secreta selada entre Requião, o PMDB e o PT:

1 - Elaboração de uma planilha paralela, por Garrone Reck e Afonso Mazur, para forçar a idéia da existência..." Este cidadão Garrone Reck, se não estou lembrado, cidadão que foi até afastado do DSTC pelo próprio Governador Requião, se estou enganado alguém pode me corrigir na sequência, e parece-me que, agora vai ocupar um cargo no Porto de Paranaguá..." da existência da super remuneração aos empresários do sistema de transporte, bem como a 'convivência e a facilitação da URBS e dos Prefeitos Jaime Lerner e Rafael Greca';

2 - Divulgação massiva e ampla junto à população, através da imprensa, associações de moradores, sindicatos, praças e logradouros, usando jornais, panfletos, vídeo e telão". Aqui comprova que realmente querem fazer no período de festividade da cidade. Como fizeram" durante o Fórum Mundial das Cidades, realizado em Curitiba, no ano passado, Requião assumiu publicamente que havia financiado, com recursos públicos, telão e vídeo, na frente do hotel onde se hospedaram os visitantes estrangeiros. O objetivo frustrado pela Polícia Federal, que apreendeu todo o material e abriu inquérito, foi o de denegrir a imagem de Curitiba e de Jaime Lerner:

3 - Pronunciamentos do Governador Requião, com repercussão na Assembléia Legislativa do Estado e na Câmara..." que aliás já começou na semana passada com o Deputado Bona Turra e que não tive ainda a oportunidade de responder, com relação ao que citou aqui, em especial à gestão Jaime Lerner, da qual fui parceiro e quero responder. Aliás até peço para que me inscreva no Grande Expediente de amanhã para dar a resposta.

4 - Mandado de segurança e ação contra Prefeito por ter limitado a venda do vale-transporte. (A iniciativa da Prefeitura foi para proteger o usuário da especulação

com a venda dos vales):

5 - Tentativa de criação de posto público de arrecadação das férias diárias...", vejam Srs. Deputados, vejam aqui: "Tentativa de criação de posto público de arrecadação das férias diárias dos coletivos, com acompanhamento das entidades do movimento, para 'fiscalizar a receita, número de passageiros, vale-transporte (receita financeira), etc..."

Parece-me, então, que será um saque aos cobradores, um saque. Temos saque, agora, com orientação de partidos e com a conivência, segunda a matéria do jornal, do próprio Governador do Estado do Paraná.

6 - "Reivindicação para o movimento de poder de polícia..." O que é que é isso, minha gente!? "...e atuação de irregularidades que forem constatadas".

7 - "Reuniões todas as terças e sextas-feiras, às 19 horas, em locais previamente designados, sob coordenação dos representantes do PMDB e do PT." O PT aqui entrou de graça, Deputado Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha - Assim como a matéria é toda de graça, Sr. Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Isto V.Exa. poderá fazer questionando o próprio jornal. Deputado Rosinha, eu não lhe dei aparte...

O Sr. Dr. Rosinha - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Luiz Carlos Martins - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu quero ser coerente com os demais companheiros porque se não dei para um, eu não vou dar para outro enquanto não terminar a matéria.

Vamos discutir aqui na Assembléia não só a questão mas o aumento da questão da água, o aumento da questão da luz, o aumento do IPVA que o Sr. Governador mandou para cá e, que graças ao empenho da Oposição, se manteve aqui a mesma alíquota do ano passado e outras coisas mais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Informo que o Horário da Liderança do PDT já concluiu o seu tempo. Eu concedo um minuto para a conclusão.

O Sr. Colombino Grassano - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

V.Exa. poderá usar o Horário do Partido Liberal.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu lhe agradeço, Deputado Colombino Grassano que nos pro-

porção, assim, desta forma, a oportunidade de ouvirmos os apartes dos demais companheiros. Espero que estes apartes, realmente, possam engrandecer o debate, possam trazer luz, possam trazer algumas informações que possam ser clareadas para toda a população.

Ponto 8 - Constituição de comissões para atuação em diversos setores, como mobilização, infra-estrutura jurídica e técnica e de arregimentação de subsídios e dados técnicos junto a funcionários da URBS "simpatizantes do movimento".

Ponto 9 - Organização, no dia 4 de abril (justamente o domingo em que Carreras faz sua única apresentação no Brasil, em Curitiba).

Vou dizer, antecipadamente, que não me é simpática a vinda do Sr. Carreras porque eu nem conheço também. Este ponto aqui tem a minha solidariedade. Eu acho que neste ponto o Prefeito Rafael Greca de Macedo está sendo um tanto quanto, está tomando mais uma posição pessoal do que, propriamente, ouvindo o Partido em relação a alguns programas que teremos dentro de 300 anos.

"...Para a sua única apresentação em Curitiba de um seminário com total apoio do Estado e do PT para preparar a opinião pública contra a desmistificação do transporte coletivo urbano."

Ponto 10 - Dia da insubordinação. O plano prevê maciços "investimentos" para, "após intensa divulgação da planilha do movimento e demais providências, desmistificar o sistema, desmoralizá-lo com a participação popular." Principalmente este último item, mais o "pula catraca" com possibilidade de vandalismo, fizeram o integrante do PMDB procurar o jornal para fazer, então, esta denúncia."

O Jornal do Estado também traz matéria do dia 09, terça-feira, hoje.

Eis a matéria: "REUNIÃO DENUNCIADA PELO JORNAL DO ESTADO É CONFIRMADA PELA FAMOPAR."

"O Presidente..."

(Lê matéria publicada pelo JE, conforme fotocópia anexa).

Reunião denunciada pelo JE é confirmada pela FAMOPAR

O presidente da Federação das Associações dos Moradores do Paraná, Roland Tutyma, confirmou ontem que participou de uma reunião no dia 3 de março na sede do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, conforme noticiou o JE na edição de domingo. Roland disse que o Deputado Luiz Henrique Bona Turra e o vereador Doático Santos estavam presentes. No entanto, afirmou que até o momento que ficou na reunião os procuradores não se encontravam no local.

Roland disse também que no dia 5 de março, sexta-feira, participou de uma ou-

tra reunião na igreja Bom Jesus junto com o Partido dos Trabalhadores, DCE da Federal, União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, União Geral dos Bairros, PC do B e Movimento de Luta contra o Desemprego. Segundo Roland, as reuniões tiveram em comum a discussão do preço da tarifa de ônibus: "Neste dia houve proposta de mobilização popular contra o aumento".

O pedetista afirmou que o PT não entra em nenhum movimento com o governador Roberto Requião. Roland garantiu que até o momento que esteve na reunião "em nenhum momento foi citada a operação catraca", conforme publicou o JE na edição de domingo.

O prefeito Rafael Greca de Macedo telefonou para o governador Roberto Requião no final da tarde de ontem pedindo explicações e esclarecimentos sobre as denúncias da existência de um plano que o PMDB e o PT, unidos, estariam pretendendo executar com o objetivo de desestabilizar o sistema de transporte coletivo de Curitiba, conforme denúncia do Jornal do Estado. Segundo o plano denunciado pelo jornal, previa uma ostensiva mobilização de militantes dos dois partidos com atos de insubordinação que poderiam gerar quebra-quebra. O governador Requião disse a Greca que "não existe nada disso. É tudo mentira", garantiu o governador.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Termina de ler).

Tomara que seja.

Tomara que desta vez a gente possa acreditar no Governador Roberto Requião de Mello e Silva, muito embora sempre com um pé atrás, minha gente, porque ele não vai deixar barato os 300 anos de Curitiba, ele vai continuar teimando, ele vai continuar fazendo a sua política rasteira, ele vai tentar ofuscar a imagem conquistada com muito esforço, com muito trabalho, com muita dedicação, com muita competência do Prefeito Jaime Lerner, do qual eu fui o seu parceiro e que agora está com o Prefeito Rafael Greca de Macedo a incumbência de continuar uma das mais perfeitas administrações do País e quem sabe até do mundo, porque não fosse assim, Senhores Parlamentares não estaríamos nós aqui em Curitiba, tendo a honra e a satisfação de recebermos delegações do estrangeiro, diariamente, de várias partes do mundo, que aqui têm vindo, vieram durante os quatro anos, eu sou testemunha disso, porque nas muitas ocasiões em que eu assumi a prefeituras interinamente eu as recebi, e aqui vieram ver de perto, como é que era possível num país de terceiro mundo, de repente surgir uma cidade caminhando para o primeiro mundo.

Isso eu posso comprovar pelo período que eu ocupei por vinte vezes interinamen-

te a Prefeitura de Curitiba.

O Deputado Bona Turra, que me parece não está presente à sessão, deverá chegar ainda, ele não desmente a sua presença na reunião, cabe a ele ocupar a outra tribuna e se esclarecer. O PT garante que não quer quebra-quebra, que Deus os ouça e que Deus os ilumine, porque não queremos aqui em Curitiba a repetição de fatos lamentáveis que estão ocorrendo no interior do Paraná pela incompetência do sistema de polícia e também pela ação de marginais que talvez integram o grupo do movimento sem-terras, de pessoas quem sabe trabalhadoras, até honestas, que estão nesses grupos que nós até podemos acreditar que existam, eu imagino que realmente existam, mas que infelizmente também correm o risco de sempre estar se infiltrando ali elementos perniciosos a esse tipo de trabalho.

O Procurador se surpreende com a denúncia, cabe à Bancada do PMDB, sua liderança defender o Procurador aqui nesta Casa, Procurador Delazari que nós, a Bancada do PDT votamos favoravelmente inclusive à sua indicação para o cargo que ele ocupa.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se me permite V.Exa., eu gostaria, para que não digam depois que não fui democrático, não permiti aos meus apurteantes que pudessem falar aqui neste momento.

Se a Presidência entender eu concedo aparte, pela ordem, ao Deputado Dr. Rosinha, ao Deputado Luiz Carlos Martins, ao Deputado Paulo Maia, ao Deputado Colombino Grassano, que me pediram, cabe a ação democrática agora do Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu informo ao orador que se encontra na Tribuna que à Liderança do PDT e do PL já foram ocupados e neste sentido consideramos encerrada a sua participação.

(Vozes sobrepostas)

Eu concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao Bloco Parlamentar Independente.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Sessão a presença dos Senhores Prefeitos: Hermes Campos Teixeira, do Município de Araruna; João Carlos Klein, do Município de Peabiru.

A presença de S.Exas. nesta Sessão muito engrandece este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o PTB. (Declina).

Com a palavra o PFL. (Declina).

Com a palavra o Partido Progressista. (Declina).

Com a palavra o PSDB. (Declina).

Com a palavra, o PMDB.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados desta Bancada, para comporem as Comissões Técnicas Permanentes desta Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento n° 244, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando após ouvido o Plenário, e tendo em vista requerimento anterior invertendo a ORDEM DO DIA da presente Sessão, que o item 02, da pauta, constante da Proposição n° 036/92 veto oposto ao Projeto de Lei n° 376/91, seja votado após o item 08, ou seja, logo após a prestação de Contas do Governo do Estado. **Aprovado.**

Requerimento n° 243, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, requer independente de votação em função de requerimento anterior já aprovado por este Plenário, que a Proposição n° 036/92, resultante do veto apostado ao Projeto de Lei n° 376/91, seja DESTACADO para votação em separado. **Deferido.**

Requerimento n° 235, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, com apoio dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Renato Adur, Erondy Silvério e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições n°s 07, 40, 69, 90, 91 e 92/92, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de inversão da Ordem do Dia; Preferência de votação e votação em bloco acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 016/92, de autoria da Comissão de Tomada de Contas - ex-Proposição n° 031/92, que aprova a prestação de contas do Governo do Paraná, exercício 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos aqui a preocupação em relação ao que estabelece o Artigo 215 do Regimento Interno. A matéria da Resolução 16/92, conforme consta do Regimento e nós vamos às argumentações posteriores também em termos de Constituição Estadual e Federal, não deve ou não poderia ingressar na Ordem do Dia, em razão de que nem todos os Vetos ainda pendentes foram analisados ou venham a ser analisados. Diz o Artigo 215, parágrafo 3°, do Regimento Interno que, esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior que não flui durante o recesso parlamentar, o Veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

Continuamos, ou seja, até que todos os Vetos existentes sejam analisados, nenhuma matéria diferente poderá ser avaliada pelo Plenário.

Esta disposição do Regimento Interno atende o disposto no Artigo 71, parágrafo 6° da Constituição do Estado que dispõe expressamente: Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4° que não flui durante o recesso parlamentar, o Veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, suspendendo-se as demais proposições até sua votação final.

Está em conformidade, por sua vez, com a própria Constituição Federal que dispõe em seu artigo 66, parágrafo 6° que diz: Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4°, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvadas as matérias do Artigo 62, Parágrafo Único.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existindo vetos ainda a serem apreciados, pedimos que a Mesa confirme a existência de mais Vetos e eu acho que não há necessidade porque isso já foi trazido ao conhecimento das Lideranças partidárias, ou seja, apreciadas em Plenário, até que o esgotamento dessa pauta se dê; nenhuma matéria distinta do veto poderá ser avaliada pelo Plenário sob pena de nulidade dos vetos que esta Casa apreciar.

É o nosso entendimento e a nossa ques-

tão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia, é nossa intenção realmente atingirmos isso que V.Exa. pretende, mas V.Exa. é testemunha que no dia de ontem fizemos uma reunião com a presença das lideranças da Assembléia Legislativa, apenas o Deputado Colombino não pôde participar, mas previamente nos comunicou a sua ausência, onde justamente nos reunimos para dar o encaminhamento e apreciação em Plenário dos vetos pendentes de apreciação e votação. Naquela oportunidade, fez-se um entendimento entre as Lideranças e fruto desse entendimento, nós hoje ainda estamos com sete vetos para serem apreciados.

O Regimento estabelece que no caso de não ser votado um veto, todas as demais matérias ficam sustadas e ele será incluído na próxima Sessão. Entendo que esse deverá ser o comportamento da Presidência que também na tarde de hoje ainda, mesmo não tendo respaldo regimental, permitiu que o Deputado Algaci Túlio fizesse uso do horário do Partido Liberal, numa decisão que também não encontra amparo no Regimento mas que é uma deliberação da Mesa, não só ao Partido Democrático Trabalhista, mas a todos os partidos, quando assim entendem as Lideranças.

Nessas condições, entendemos que não sendo votados os vetos que fazem parte da Ordem do Dia de hoje, aí sim, teremos que cumprir aquilo que disciplina o Regimento e transferirmos para outra Sessão, a votação desses vetos e sustar qualquer outra votação, mas esse Plenário também por unanimidade, aprovou a inversão da Ordem do Dia de hoje, e nós estamos agora apreciando o Projeto de Resolução n° 16/92 e posteriormente a ele é que iremos apreciar os vetos. Se porventura os vetos hoje constantes da Ordem do Dia não forem apreciados, constarão da Ordem do Dia de amanhã e nenhuma outra matéria será colocada na Ordem do Dia sem que esses vetos sejam apreciados.

Este é o entendimento e a decisão da Mesa.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Nós estamos apenas questionando essa decisão, visto que, no acordo das Lideranças, e que nós estamos respeitando e a nossa Bancada está respeitando, nós não jogamos e não discutimos a questão do Regimento no que diz respeito ao seu cumprimento. Se a Mesa entende desta forma, obviamente nós não poderíamos deixar passar sem registrar a nossa preocupação em termos do cumprimento, visto que a nova Mesa Executiva e V.Exa. assumem os trabalhos neste instante e temos certeza que temos que estar aten-

tos aqui ao cumprimento das leis que nós mesmos aprovamos.

Então a nossa questão de ordem se prende apenas a esse fato, para que posteriormente não haja qualquer exploração em termos de omissão dos Deputados que compõem esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Na presente Sessão, não existe por parte da Mesa, nenhum ato que possa estar ferindo o Regimento Interno, como não houve, na quarta-feira da semana passada, quando a Mesa determinou que constasse da pauta, o Projeto de Resolução nº 16, na quinta e na segunda-feira para ser votado hoje.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam,...

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação.

Deputado Algaci Túlio, esta Mesa informa a V.Exa. que na última quarta-feira a Mesa encerrou a discussão do Projeto e determinou que o mesmo voltasse à Ordem do Dia de hoje, conforme consta no item 8º, em votação.

Portanto, esta Mesa concede a palavra a V.Exa. para encaminhar a votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Volta a este Plenário hoje, para nova discussão, o Projeto de Resolução nº 16/92, relativo as Contas do ex-Governador do Estado, Álvaro Dias.

Matéria de grande importância, o referido projeto mereceu cuidadosa análise da Bancada do PDT. Nosso posicionamento diante das Contas do Ex-Governador do Paraná, Álvaro Dias, é movido por essa dedicada e séria análise técnica e política, iluminada pela Constituição do Paraná, pelas normas que disciplinam a administração pública e pelos fatos que constituíram o cenário administrativo do ex-Governador. O PDT, como é da sua praxe, não age segundo questões partidárias, mas em nenhum momento abrirá mão de suas prerrogativas fiscalizadoras dos atos do Poder Executivo."

Constitucionalidade:

Diz a Constituição do Estado: "Compete privativamente ao Governador: prestar contas, anualmente, a Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa, relativamente ao ano anterior" (Art. 87, inciso XI).

Diz a mesma carta: "As Contas da administração Pública Direta, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da

Curitiba, terça, em 09.03.93

Assembléia Legislativa, à disposição, para exame e apreciação, de qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei". (Art. 27, inciso XXIII, Parágrafo 9º).

Assim, no dia 15 de abril de 1991, o Sr. Roberto Requião encaminhou a este Poder as Contas do ex-Governador Álvaro Dias, referentes ao ano de 1990. No dia 24 de abril o Sr. Anibal Khury, então Presidente do Poder Legislativo, remeteu a documentação ao Tribunal de Contas, a quem compete, como órgão auxiliar, o controle externo, apreciando e exarando parecer sobre as Contas.

No dia 24 de junho de 1991 ainda, o Tribunal de Contas, em sessão, apreciou e votou o parecer sobre as Contas.

Este enfadonho enunciado de datas e procedimentos é necessário para justificar o primeiro questionamento da Bancada do PDT sobre a matéria: Se os prazos foram cumpridos, por que somente agora, no ano de 1993, as Contas de 1990 vêm a Plenário para discussão e aprovação?

Quais os procedimentos adotados pela Comissão de Tomada de Contas da Assembléia para justificar tal atraso? Foram realizadas diligências, análises? É possível conhecê-las?

Não levantando a menor suspeição sobre a seriedade do Deputado relator, vale perguntar se não seria mais imparcial designar um parlamentar que não estivesse ligado ao ex-Governador Álvaro Dias?

De nada adianta a Constituição disciplinar um ritual para ser cumprido na apreciação das Contas Públicas. Se as prestações de Contas perdem-se no tempo e nas gavetas.

Foi cumprida a determinação de exposição pública das Contas, na Assembléia, a todos os contribuintes?

Salvo prova em contrário, não. Mesmo porque nós, parlamentares, apenas tivemos acesso aos documentos na última semana.

E os Parlamentares do PDT que integram a Comissão de Tomada de Contas, como titular e suplente, sequer foram convocados a participar da reunião que apreciou o parecer do TC sobre as Contas do ex-Governador.

Passemos, a seguir, a Prestação de Contas propriamente dita, se eu não puder, no meu tempo, fazer esta apreciação, o Deputado Paulo Maia, na sequência, para encaminhamento, dará continuação a esta nossa apreciação.

É lamentável que um material tão vasto e complexo seja descarregado no Plenário para votação, sem a concessão de tempo mínimo necessário para uma análise detalhada por técnicos da área contábil e financeira. Esse procedimento revela inequívoco desrespeito com os Parlamentares que querem fazer do seu mandato um instrumento de

fiscalização séria do Executivo.

Embora este tempo necessário não tenha sido concedido, a análise da nossa Banca, detectou e aponta inúmeros pontos da prestação que devem merecer a atenção de todos os parlamentares no momento da votação:

Crescimento da Receita/Obras/Programas Sociais:

Reportamo-nos ao parecer do Tribunal de Contas, as folhas 13 do relatório: "Observamos que pela expressividade dos valores arrecadados, a receita Tributária teve uma participação de destaque no valor total da receita arrecadada, ou seja, 68,65%."

Em primeiro lugar, é preciso se dizer que o aumento da receita não é mérito de nenhum Governo, porque o crescimento da economia depende de fatores externos à Política Estadual, e no caso do Paraná, esse crescimento está fundamentado principalmente no crescimento da produção agrícola e no aumento das movimentações em torno dela.

Mas o crescimento da receita deve sim, ser acompanhado da elevação e aprofundamento dos programas sociais visando o bem-estar da população e a minimização das desigualdades.

O crescimento da receita orienta também, segundo a constituição, a correção do valor dos salários dos servidores da administração pública.

Entretanto não é isto que verificamos na gestão do Sr. Álvaro Dias, no período a que se referem as Contas. Quem não se lembra da greve do Magistério Público naquele ano? O impasse criado diante da resistência do ex-Governador em dialogar com a categoria e conceder os reajustes de direito, causou muitos prejuízos a educação do Paraná, as crianças matriculadas na rede pública, aos seus pais e a sociedade em geral, afetando justamente a camada da população que mais carece de apoio do setor público.

A alegação era uma só: O Estado não pode fazer frente às despesas com os reajustes.

Hoje, Srs. Deputados, a verdade vem a tona: O crescimento da receita comportaria os reajustes, sem a necessidade de uma traumática paralisação que chegou a justificar um pedido de CPI nesta Casa, no dia 04 de junho de 1990.

Onde estava, então o dinheiro do Estado, já que para o salário dos professores ele não poderia ser destinado?

Obras? Projetos Sociais? Os fatos mostram que não.

Ainda naquele fatídico ano, o Governo do Estado decidiu desativar o atendimento médico-hospitalar do Instituto de Previdência do Estado, o IPE, penalizando mi-

lhares de servidores contribuintes do órgão.

A absurda decisão vigorou só até que o próprio Tribunal de Contas a suspendesse através da Resolução nº 11.684/90, resultante do relatório da 2.ª inspetoria de controle externo, condenando a forma pela qual os serviços foram suspensos, sem qualquer consulta à Assembléia Legislativa.

Nem a obrigação constitucional do Governo com o IPE foi cumprida. Inúmeros foram os apelos dirigidos por esta Casa ao Sr. Álvaro Dias, no sentido de que fosse cumprido o artigo 38 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, na parte que dispõe sobre os débitos do Estado com o Instituto. Nenhum tostão foi pago pelo Governo para saldar sua dívida com o patrimônio dos Servidores Estaduais.

A Educação, que nunca pareceu ser a prioridade do ex-Governador, mereceu mais um golpe naquele ano: já no mês de março, inúmeros convênios foram suspensos pela Secretaria da Educação, prejudicando principalmente os pequenos Municípios, já que nessas localidades o déficit de pessoal na educação é suprido através de convênios.

O absurdo só foi corrigido por insistência dos parlamentares desta Casa.

Também foi necessário, em 1990, que a Assembléia, pedisse a intervenção da Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná para impedir que 867 funcionários públicos envolvidos no programa Paraná-Rural, contratados por instituições do Governo como IAPAR, EMATER, ITCF, COPASA e outros, fossem sumariamente demitidos pelo Secretário-irmão, Osmar Dias. Esta denúncia está registrada nos Anais da Assembléia, no dia 11 de janeiro de 1990, assinada pelos Sindicatos que representam os servidores ameaçados.

Também foi em 1990 que denunciemos, nesta Casa, a propaganda de obras não realizadas. Agricultores do Sudoeste do Paraná, há anos, enfrentando dificuldades pela péssima situação da PR 163, entre os Municípios de Pranchita e Planalto, principal entrave para o transporte da produção agrícola local.

Pois bem, em rede de televisão, propaganda oficial anunciou a pavimentação da PR-163. Os ex-Prefeitos e Vereadores da região vieram até nós para protestar. A obra era fantasma.

A estrada não foi pavimentada, apesar de já constar como pavimentada no mapa rodoviário 87/88 da Secretaria de Estado dos Transportes.

Eu fiz aqui Sr. Presidente, Srs. Deputados, um levantamento muito sério pela minha assessoria que é a assessoria do PDT, porque eu sou Deputado da gestão do

ex-Governador Álvaro Dias nessa Casa, e nós sabemos e somos testemunhas do que somos aqui nesta Casa, um número pequeno de Deputados da Oposição para enfrentar o rolo compressor, quase o que acontece nos dias de hoje também.

Mas deixamos marcados nesta Casa as nossas posições, os nossos pedidos de informações, os nossos requerimentos e a comprovação. E que primeiro é preciso questionar as contas do ex-Governador para depois evidentemente aprová-los.

Eu lamento não poder completar o meu levantamento Sr. Presidente, mas o Deputado Paulo Maia na seqüência vai fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação a matéria.

O SR. FLORISVALDO FIER - Para encaminhar, Sr. Presidente.
(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Florisvaldo Fier, nós nos ausentaremos por alguns instantes da Presidência dos Trabalhos para recepcionarmos missão consular nesta Casa, e os trabalhos serão presididos pelo nosso primeiro Vice-Presidente Deputado Hermas Brandão, a quem solicito assumir o comando dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Com a palavra, o Sr. Dep. Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

A primeira questão: nós estranhamos o descumprimento do Regimento Interno, como foi levantado pelo Deputado Paulo Maia. Se ele existe deve ser seguido, se não é adequado, vamos adequá-lo, porque ficar sem seguir o Regimento Interno não é possível. Nós fizemos também um arrazoado das contas do Senador aposentado e ex-Governador Álvaro Dias.

Na primeira votação já questionamos as contas deste Senador aposentado. No que diz respeito aos prazos de análises e de que sem levantar dúvidas sobre o Deputado Presidente da Comissão, mas também a de ser Relator e Presidente...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo, pela ordem, a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Apenas a título de informação ao professor de deus, Deputado Dr. Rosinha, que o Governador Álvaro Dias não possui aposentadoria de Se-

nador, como V.Exa. está afirmando.

O SR. FLORISVALDO FIER - Convém então o Senador, o aposentado, distribuir uma outra Certidão, porque o que nós temos aqui é a solicitação dele datado de 87 para se aposentar. Temos cópia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não confere, Deputado.

O SR. FLORISVALDO FIER - "Álvaro Fernandes Dias, ex-Deputado e Senador, nascido em 07.12.44, segurado desse Instituto, vem requerer a V.Exa. pensão a que tem direito nos termos da legislação em vigor, no Instituto de Previdência da Câmara. Nos termos, pede deferimento. Brasília, 10 de agosto de 1987. Assinado: Álvaro Fernandes Dias."

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - As acusações do Deputado Dr. Rosinha, são exatamente as acusações que eles fizeram logo que assumiram o seu mandato na Assembléia Legislativa do Estado, quando divulgaram nos jornais - que é praxe isso do PT - e que V.Exas. também envolveram meu nome aqui na Casa de que eu era aposentado e eu provei a V.Exa. que estava mentindo, que não era verdade o que estava dizendo.

E esta prática, Deputado, não deve ser uma prática de quem representa pelo menos, uma pequena parcela eleitoral, mas representa uma parcela do povo paranaense.

Essa não é a prática de acusações indevidas como V.Exa. também fez com alguns outros Deputados desta Casa e não só a mim.

E faz hoje, a mesma coisa, com o ex-Governador Álvaro Dias.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, solicito o desconto do tempo, uma vez que foi Questão de Ordem e não aparte por mim concedido.

Quero dizer que se naquela oportunidade alguém mentia era o Diário Oficial da Assembléia Legislativa cuja cópia posso fornecer ao Senhor se não tiver em seu gabinete.

No que diz respeito às contas do Sr. ex-Governador e ex-Senador, conforme seu Líder - não aposentado, mas, conforme requerimento do próprio - aposentado.

Diz essas contas. Fomos em busca de documentos além dos que constavam na Ordem do Dia para verificar essas questões contábeis.

O Ministério Público mandou ao Tribunal de Justiça uma ação contra o ex-Secretário Manoel de Almeida Neves e diz essa Ação, que respaldado por aparente necessidade de aquisição de medicamentos e de ma-

teriais de consumo hospitalar, o Sr. Secretário com o Sr. Mário Tadaiki, Alcides José Peres e Maria de Lourdes dos Santos proprietários da SAINEL, urdiram um plano em que objetivavam o desvio de dinheiro público para a aquisição de grande quantidade de material de consumo hospitalar com super faturamento. Solicitou também a dispensa de procedimento licitatório alegando o caráter emergencial e isso fazia parte do plano criminoso.

É o que está escrito nesse processo que tramita no Tribunal de Justiça.

O Sr. Manoel de Almeida Neves, cargo de confiança do ex-Governador, e que ocupou - não sei se trabalhou - mas esteve e foi indicado para cargo no Senado Federal quando o ex-Governador era Senador. Divulgado pela Imprensa, naquela época.

Existe também tramitando na Justiça um inquérito pedido pelo Ministério Público por má administração no IPEM - Instituto de Pesos e Medidas, também devido licitação incorreta, irregular na qual visava desviar dinheiro público para o bolso de alguns. Também cargo de confiança do Sr. Governador.

Ainda mais, esta Assembléia Legislativa viveu e conviveu com uma CPI da Saúde - Presidida pelo então Deputado Haroldo Ferreira e que não foi à frente porque houve boicote do Grupo de apoio do ex-Governador. Boicote este que inviabilizou o encaminhamento dessa CPI, porque todos os Deputados que faziam parte daquela Comissão sabiam no que ia dar.

Também teve uma CPI, já nesta atual Legislativa, presidida por mim, e que claramente mostrava irregularidades que envolviam diretamente o chefe da Casa Civil, o Sr. Wagner Pacheco, o então Deputado Estadual, José Filinto e o próprio Governador da época, Álvaro Dias. Todos os depoimentos iam rumo a estes três personagens. E estes documentos que chegaram a CPI, inconclusa, devida a Bancada do Sr. Governador, atual Bancada, diga-se de passagem, foram entregues, por mim, ao Chefe da Casa Civil, e até hoje também nada foi apurado.

Queremos lembrar também a CAFE do Paraná, acusada de inúmeras irregularidades, a antiga Cooperativa Agrícola de Fomento do Paraná, Cooperativa esta que fez com que vários funcionários trouxessem a denúncia até o então Secretário e atual Secretário, Osmar Dias. Este, num rompante de fúria e valentia, os desacatou e os chamou para os tapas, como é a sua prática.

Irregularidades também ocorreram no IPE, já citadas pelo Deputado Algaci Túlio, portanto não precisamos ter mais nenhum comentário.

Também no Tribunal de Justiça tramitam duas Ações Populares, devido a propagandas

enganosas feitas pelo ex-Governador. Uma delas assinada pelo Sr. Carlos Ático Durigan, e a outra pelo ex-Deputado Nereu Carlos Massignan. A imprensa, na época, chegou a denunciar que Álvaro Dias gastava 5 bilhões em promoção pessoal. Se corrigirmos isso vejamos a fortuna que esse ex-Governador gastou em propaganda!

Se formos enumerar as irregularidades teríamos inúmeras! A FERROESTE, com licitação irregular! Tão irregular que o atual Governador mudou a maneira de ser, passando-a de empresa mista para estatal, para moralizar!

O BADEP sofrendo uma intervenção das mais vergonhosas. Intervenção essa a pedido do Sr. Governador da época.

Para finalizar pergunto aos defensores do ex-Governador: - quais foram os grandes feitos da sua administração, na área da Saúde? Além da CPI? Na área da Educação? Além do espancamento aos professores? Na área do servidor público? Além do achatamento salarial? Na área dos transportes? Além do favorecimento das empreiteiras?

São estas as interrogações que faço. Por isso a Bancada do PT entende que em função de todas estas irregularidades, não tendo transparência, não sendo ainda provadas, não tendo o aval do Tribunal de Justiça do nosso Estado, não é favorável que nós votemos e aprovemos estas contas. Tais contas, ou ficam esperando o que diz o Tribunal ou devem receber a reprovação deste parlamento! Porque se este parlamento aprovar estas contas, com todas as irregularidades constantes, relatadas pelo Deputado que me antecedeu e por mim, e que ainda tramita no Tribunal de Justiça, nós podemos dizer que o Parlamento paranaense pode fechar as suas portas porque não terá nenhuma função de fiscalização de obras públicas!

Ou reprovamos tais contas, ou aguardamos a decisão do Tribunal, ou estaremos desmoralizados perante a sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Em votação.

Aprovado, com os votos contrários das Bancadas do PT e PDT.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, anteriormente aprovado:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 036/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 376/91, de autoria do Deputado Plauto Guimarães, que dispõe que os valores provenientes de recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, qualquer que seja a denominação

onde estiver implantado no Estado, reverterão integralmente ao município beneficiado, na forma que especifica. Com RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 51/92

Curitiba, 13 de abril de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 015/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 376/91, por julgá-lo contrário aos superiores interesses da Administração, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reverter 20% do produto da arrecadação de multas decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, nas localidades do Estado onde se ache implantado, aos respectivos municípios.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre do fato de que os questionados recursos, provenientes de multas de solo, embora ingressem no Tesouro do Estado, constituem receita do FUNRESTRAN, conforme determina a Lei n° 6.264, de 10/01/72, onde, compondo caixa único, objetivam proporcionar recursos financeiros para o reequipamento do DETRAN e da PMPR, conforme os seguintes percentuais: 40% para o DETRAN; 60% para o PMPR, sendo que destes, 16% são destinados aos Batalhões de Trânsito.

Ora, é inegável que tais recursos retornam à localidade de origem, não em espécie, como dispõe o Projeto, mas em termos da garantia de maior eficiência nos serviços de policiamento ostensivo e da fiscalização de trânsito, oferecidos pelo Estado a todas as células político-administrativas do Paraná. Desta forma, a pretendida reversão, na proporção de 20% do produto das referidas multas aos Municípios, sem a menor dúvida, prejudicaria os programas de reequipamento do DETRAN e da PMPR, o que, em última análise, significariam prejuízos às comunidades que, inevitavelmente, sentiriam redução nas ações dos referidos órgãos de segurança.

Vale ainda ressaltar que aos Municípios já pertence 50% (cinquenta por cento) do produto bruto da arrecadação do IPVA, incidente sobre os veículos licenciados em seus territórios.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Curitiba, terça, em 09.03.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Veto: Razões anexas.

Em 13/04/92.

Roberto Requião

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 376/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os recursos provenientes de multas aos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado (ESTAR), ou sob qualquer outra denominação, onde se ache implantado no Estado, reverterão, na proporção de 20% (vinte por cento), aos municípios onde forem arrecadados.

Art. 2° - Após a vigência da presente Lei, ficam sem efeito todos os convênios firmados entre os órgãos da administração direta, indireta, fundacional e autárquica do Governo do Estado, com quaisquer órgãos da administração direta, indireta, fundacional e autárquica dos executivos municipais, que objetivem a destinação de parcelas de receitas provenientes das multas referidas no artigo 1° da presente Lei.

Art. 3° - No prazo de 120 dias da vigência da presente Lei, o Poder Executivo do Estado do Paraná, através de decreto, regulamentará a forma de gestão, repasse e a forma de correção dos valores, no caso de dilação dos prazos de repasse aos municípios.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.03.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Nos dias atuais de segurança pública, por motivos variados, um dos setores de responsabilidade do governo que menos recebeu atenção deste, em que pese o preconizado nos discursos.

Segundo as autoridades por absoluta falta de recursos financeiros. Onde então ir buscá-los? Como tornar possível prevenir a criminalidade na sua origem?

O problema do aumento da criminalidade tem sido sentido principalmente nos grandes centros urbanos, conforme se observa pelas estatísticas apresentadas.

Justamente nestas cidades é que existe a exploração dos sistemas de estacionamento regulamentado, o qual arrecada vultosas quantias de recursos financeiros através da cobrança de multas que acabam ficando nas mãos do Governo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO GOVERNAMENTAL AO
PROJETO DE LEI N° 376/91

P A R E C E R:

Analisando o Veto aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 376/91, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, constata-se que o referido Veto está em condições de ser apreciado por esta Casa Legislativa, uma vez que está de acordo com os preceitos constitucionais vigentes, no que respeita a competência e prazo, bem como, por ser considerado contrário ao interesse público.

Diante do exposto, manifestamos-nos pela apreciação do Veto.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Em votação.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Solicitamos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Matéria vencida, Sr. Deputado.

Em votação Discussão Única da Proposição n° 36/92, veto aposto ao Projeto de Lei 376/91, de autoria do Deputado Plauto Guimarães.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "SIM".

Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar, utilizando para a votação as cédulas que contêm a expressão "NÃO".

Solicito ao Senhor 1° Secretário que proceda à chamada Nominal dos Senhores Deputados para votação.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - (É feita a chamada para votação).

O SR. 1° SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Votaram 45 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Votaram 45 Senhores Deputados.

Designo uma comissão composta pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins, Eurides Moura e José Alves para que, juntamente com o Primeiro Secretário procedam o escrutínio dos votos.

Votaram 44 (quarenta e quatro) Senhores Deputados, retificando a informação anterior que teriam sido 45 (quarenta e cinco) Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto, 20 (vinte) Senhores Deputados votaram "SIM".

Pela rejeição do veto, votaram 23 (vinte e três) Senhores Deputados, votando "NÃO".

Branco: 01 (um) voto.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Iniciaremos a votação em bloco de acordo com o requerimento de inversão da Ordem do Dia:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 092/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei n° 110/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a Identidade Estudantil, conforme especifica. COM RELATÓRIO da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF./DTL/SAT N° 255/92

Curitiba, 01 de outubro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 231/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 110/92, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar a "Identidade Estudantil" que será fornecida ao aluno, quando matricular-se no 1° ano do 1° grau, em cujo documento deverão constar os dados que especifica.

O Plano de Lei em exame, embora meramente autorizatório, apresenta vício de inconstitucionalidade porque, ensejando aumento de custos ao erário, afronta o preceito contido no art. 135, inciso I, da Constituição Estadual, que veda o início de programas ou projetos cujos recursos orçamentários para atendimento das respectivas despesas não estejam incluídos na "Lei de Meios".

Ademais, a medida, caso pudesse ser acolhida, não teria, pela forma como está posta, condições de boa exequibilidade, eis que, por certo, viria ensejar dificuldades por possíveis transtornos no que se refere ao número dado à identidade estudantil e ao da identidade civil expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

vado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 110/92 foi publicado
(no DA. n° 53, de 06.05.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI n° 110/92

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° DTL/SAT n° 255/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto n° 092/92, aposto ao Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Eurides Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a Identidade Estudantil, conforme especifica.

O veto foi aposto dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e apreciação em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.10.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 091/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei n° 178/92, de autoria do Deputado José Ritti, que determina que o material de expediente que tenha perdido sua finalidade seja doado à entidades assistenciais conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 246/92

Curitiba, 15.09.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 221/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no art. 71, § 1°, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 178/92, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a "determinar que as instituições e órgãos da Administração Pública direta e indireta, bem como as empresas de economia mista das quais o Estado seja acionista majoritário, que tenham sido declaradas de Utilidade Pública, todo o material de expediente considerado inservível para reutilização ou que tenha perdido sua finalidade".

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre do fato da medida dele constante ter sido, pela forma muito vaga e genérica como está posta e redigida,

Curitiba, terça, em 09.03.93

considerada de difícil exequibilidade. As expressões "material de expediente" contidas no texto, são inadequadas porque nos manuais de interpretações de rubricas orçamentárias de despesas e de cadastro de bens, adota-se a definição legal de "bens permanentes" e "bens de consumo".

Por outro lado, vale ressaltar que a pretendida medida é também totalmente desnecessária eis que, a administração já vem destinando à PROVOPAR, os bens de consumo considerados inservíveis, os quais, mediante programação interna da referida Entidade, são distribuídos a órgãos assistenciais.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 178/92 foi Publ. no D.A. n° 87, de 15.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 091/92

P A R E C E R:

Proveniente do Ofício n° DTL/SAT 246/92, objetiva a supramencionada Proposição vetar o Projeto de Lei n° 178/92, de autoria do Deputado José Artur Ritti, que autorizava o Poder Executivo a determinar, que o material de expediente que tivesse perdido a sua finalidade seria destinado a entidades assistenciais, na forma que especificava.

O referido veto foi aposto dentro dos prazos constitucionalmente previstos, razão pela qual opinamos pelo seu encaminhamento e apreciação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 090/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 179/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Imbituva. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 238/92

Curitiba, 04.09.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 213/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da

Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 179/92, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de utilidade pública, através da Lei n° 9.447, de 27 de novembro de 1990.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 179/92 foi publ. no D.A. n° 87, de 15.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 179/92

P A R E C E R:

Examinando a Proposição n° 90/92, conforme ofício DTL/SAT/232/92, Veto oposto ao Projeto de Lei n° 90/92, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida Cesar, que objetiva declarar de Utilidade Pública o "Asilo São Vicente de Paula" com sede e foro no Município de Imbituva, Estado do Paraná.

Constatamos que o Veto ocorreu em absoluta concordância com o art. 87, inciso VII, e na sua conformidade do disposto no § 1° do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, considera esta Proposição em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 069/92, Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei n° 191/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos da magistratura do Estado do Paraná e dá outras providências (Desembargadores). COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 171/92

Curitiba, 02.07.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 197/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 191/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, conforme específica, o vencimento básico dos Desembargadores, assim como adotar outras providências. O veto parcial aposto incidiu sobre as disposições do art. 2°.

O citado artigo 2°, embora tenha constatado da proposição originária do Poder Judiciário, foi por mim vetado, por julgar tal dispositivo dispensável em função da liberdade de gestão orçamentária de que é dotado aquele Poder, assim como em homenagem e respeito à sua autonomia.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI N° 191/92

P A R E C E R:

Procedendo ao exame da Proposição n° 69/92 conforme Ofício DTL/SAT n° 171/92, de 2 de julho de 1992, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n° 191/92, de autoria do Egrégio Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná e dá outras providências, constatamos que o Veto Parcial ocorreu em plena concordância com o artigo 87 inciso VII e na conformidade do disposto no § 1° do artigo 71, ambos aos institutos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, considera esta Proposição em condições de ser apreciada pelo Douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 040/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 536/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que isenta do ICMS, na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 55/92

Curitiba, 16.04.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 037/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade

do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 536/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo isentar do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, automóveis, motocicletas, triciclos e cadeiras de rodas para deficientes físicos, adquiridos por pessoas físicas ou jurídicas. Visa, ainda, a isenção do ICMS nas aquisições de ambulâncias, assim como adotar outras providências.

O Projeto de Lei em causa não pôde merecer acolhimento dada sua flagrante inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente o art. 155, § 2º, inciso XII, letra "g", da Magna Carta Federal, onde se contém preceito segundo o qual isenções, incentivos e benefícios fiscais, somente poderão ser concedidos ou revogados mediante deliberação conjunta dos Estados, o que, na forma da Lei Complementar Federal nº 24, de 07 de janeiro de 1975, ocorre através de decisão unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, do qual participam todos os estados federados.

Por oportuno, vale frisar que, com relação à isenção do ICMS na aquisição de veículos automotores para paraplégicos ou portadores de deficiência física, tal benefício fiscal já está assegurado até 31 de dezembro de 1992, por força dos decretos estaduais nºs 720, de 18 de setembro de 1991 e 1.052, de 30 de dezembro do mesmo ano, lavrados, respectivamente, com base e respaldo nos Convênios CONFAZ-ICMS nº 40/91 e 80/91.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 536/91, foi Publ. no D.A. nº 157, de 27.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 040/92

P A R E C E R:

A proposição em tela traz um veto aposto ao Projeto de Lei nº 536/91 que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº 55/92, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo constitucional. A razão exposta pelo Chefe do Poder Executivo para

o mencionado veto é a inconstitucionalidade do mesmo, que fere frontalmente o art. 155, § 2º, inc. XII, "g", da Constituição Federal, onde se contém preceito segundo o qual as isenções, incentivos e benefícios fiscais, somente poderão ser concedidos ou revogados mediante deliberação conjunta dos Estados, o que, na forma da Lei Complementar Federal nº 24/75, ocorre através da decisão unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ. Também cita o veto, que com relação à isenção do ICMS na aquisição de veículos automotores para paraplégicos ou portadores de deficiência física, tal benefício já se encontra assegurado nos Decretos Estaduais nºs 720, de 18 de setembro de 1991 e 1.052, de 30 de dezembro do mesmo ano, válidos até 31 de dezembro de 1992, lavrados com base nos convênios CONFAZ - ICMS nºs 40/91 e 80/91.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 007/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 389/91, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig e outros, que requer a instalação da disciplina de educação de trânsito no currículo das escolas públicas do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT/ nº 468/91

Curitiba, 26.12.91.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 350/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, Vetei o Projeto de Lei nº 389/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo impor a obrigatoriedade da inclusão da disciplina - educação de trânsito - no currículo escolar de 1º grau, da Rede Oficial de Ensino do Estado.

Ainda que pese a preocupação do Autor, face a importância da matéria tratada, da maneira em que está posta não há como acolhê-la pelos aspectos a seguir explicitados.

A definição das disciplinas componentes dos currículos escolares de 1º e 2º graus, conforme determina a Lei Federal nº 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), compete exclusivamente ao Con-

selho Federal de Educação, na parte que se refere ao Núcleo Comum e aos Conselhos Estaduais daquelas pertinentes à Parte Diversificada.

Além do que, entende-se por disciplina escolar aquelas matérias obrigatórias, com duração curricular de no mínimo um ano, tempo excessivamente elástico para se dedicar ao conteúdo ora proposto, o que viria acarretar, sem dúvida nenhuma, pela carga horária exigida, em prejuízos aos próprios alunos, que teriam o tempo reduzido para as outras matérias de cunho obrigatório e que constituem objetivo principal de uma escola de 1º grau.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 389/91, foi publicado no D.A. n° 108, de 03.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO

AO PROJETO DE LEI N° 389/91

AUTORIA: Deputado Heinz Georg Herwig e outros.

SÚMULA: Requer a instalação da disciplina de Educação de Trânsito no currículo das Escolas Públicas do Estado do Paraná.

P A R E C E R:

Por julgá-lo inconstitucional, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, houve por bem em vetar na sua totalidade o Projeto de Lei n° 389/91, acima sumulado.

Muito embora o Chefe do Executivo Estadual não tenha citado qual o dispositivo constitucional que entendeu transgredido, a verdade é que o direito ao veto lhe é assegurado pelo artigo 71, § 1º, da Carta Magna Estadual e, "in casu", o mesmo foi apostado com observância dos prazos legalmente estabelecidos.

Assim, sendo certo que todos os preceitos constitucionais, legais e regimentais foram rigorosamente obedecidos, opinamos pelo encaminhamento da proposição à sábia e soberana decisão do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator

Solicito ao Senhor 1º Secretário que dê início a Chamada Nominal para votação dos demais vetos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Pro-

cede à Chamada Nominal.

Votaram quarenta e dois (42) Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Votaram quarenta e dois (42) Senhores Deputados.

Designo Comissão composta pelos Senhores Deputados José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti e José Alves, juntamente com o Senhor 1º Secretário para que procedam o escrutínio dos votos.

(Pausa).

Votaram quarenta e três (43) Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto, votaram "SIM" 26 Senhores Deputados.

Pela rejeição do veto, votaram "NÃO" dezesseis (16) votos.

Nulos: 1 (um) voto.

Estão rejeitados os Projetos, e mantidos os Vetos.

Sobre a mesa, Requerimento n° 238, de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur, Erondy Silvério, Paulo Maia e demais Srs. Deputados, constante do expediente. À Comissão Executiva para apreciar.

Requerimentos n°s 241 e 242, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 234, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 226, 227, 228, 229, 230, 231 e 232 de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 246, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, quero registrar o voto contrário do PT por uma razão estritamente de conhecimento da questão.

Como médico sanitaria nós sabemos que exames complementares e testes são feitos para confirmação de doenças, e não à procura de doentes.

Como diz no próprio Requerimento do Deputado, que um médico sobe a bordo de todos os navios e que a vigilância sanitária tenha acesso a estes navios; o exame num entendimento técnico e clínico só deve ser feito se há indicação clínica, até porque existem exames chamados falsos-positivos. E se em uma dessas pessoas, desses cidadãos, porventura, um exame desse falso-positivo, estaria lançado um estigma e marca sobre esta pessoa.

Então, a Bancada do PT vota contrário a este Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - O Requerimento está aprovado, com voto contrário do PT.

Requerimento n° 236, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Suspendo a Sessão por três minutos, pois está visitando o Plenário desta Assembleia o Cônsul Pierre Bion.

(É suspensa a sessão).

Está reaberta a sessão.

Requerimento n° 237, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 245, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 233, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do Expediente. **Aprovado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Através deste Requerimento estamos encaminhando correspondências aos dirigentes de empresas de televisões do Estado do Paraná para que promovam debates sobre a forma e sistema de governo.

Agora no dia 21 de abril teremos um plebiscito que decidirá o sistema e a forma de governo. E a população, os eleitores brasileiros não estão sabendo o que é uma coisa e o que é outra.

Através deste requerimento estamos solicitando um debate com o Presidente da Frente Presidencialista, o Governador Roberto Requião, com o Senador José Richa, da Frente Parlamentarista, e que seja convidado alguém da ala monarquista para vir aqui defender este regime dentro do debate que pedimos seja realizado dentro do Estado do Paraná. Esperamos que os diretores e dirigentes dessas empresas de televisão entendam da necessidade e aqui realizem esses debates esclarecendo a todos os paranaenses o que é uma coisa e outra.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, nós queremos dizer que apoiamos tal iniciativa, achamos importante. Mas, achamos que um debate envolvendo somente estas personalidades políticas é insuficiente, uma vez que há mais do que uma visão do Parlamentarismo. Há posturas que defendem o presidencialismo, como ele se encontra, hoje, estabelecido em nosso País. Outros, que estabelecem a defendem o

presidencialismo, mas em cima de reformas, que os parlamentaristas colocam que só devem ser necessárias ao Parlamentarismo.

Então, nós achamos que é louvável este tipo de iniciativa, mas é insuficiente para esclarecer a população, tendo que ouvir mais do que simplesmente estas duas personalidades. Mas, outras visões de presidencialismo e parlamentarismo, uma vez que nós mesmo, do PT, temos discordância da linha que está levando a frente presidencialista e discordância da frente parlamentarista, naquela postura colocada por estes Líderes.

Nós achamos que deve avançar muito mais nas reformas do Estado e nas reformas democrática, a estabelecer um ou outro sistema de governo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está **aprovado** o Requerimento do Deputado Plauto Miró.

Requerimento n° 204, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão interior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, são duas razões: a primeira, é que tinha sobre a mesa um determinado número de requerimento do Deputado Nelson Garcia que foram retirados?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Foram retirados.

Foi apresentado só um Requerimento do Deputado Nelson Garcia.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - A outra questão é que sobre a Mesa, encontrava-se uma Questão de Ordem, levantada por escrito, e encontrava-se para leitura e para dar conhecimento desta Casa, levantada pelo PT, no início da Sessão, que estava nas mãos do Presidente Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - O Presidente Orlando Pessuti, amanhã, dará entrada, digo, dará resposta à solicitação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando o outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 041/92, 070/92, 071/92, 072/92, 073/92, 074/92.

Levanta-se a sessão.